



ACPO
Associação de Combate aos POPs
Associação de Consciência à Prevenção Ocupacional
CGC: 00.034.558/0001-98



RELATÓRIO

24ª Reunião do Conselho Diretivo (CD) do PNUMA em Nairobi. Realizada entre os dias 5 e 9 de fevereiro de 2007.

Os temas discutidos nessa reunião foram: globalização e meio ambiente, questões de gênero, água, químicos e reforma das Nações Unidas.

Particpei da reunião representando a ACPO – Associação de Combate aos Poluentes, que faz parte da coalizão de ONGs internacionais *Projeto Mercúrio Zero*.

Embora nosso interesse seja a questão dos químicos em geral, nosso foco principal nessa reunião foi direcionado para uma ação internacional que vise reduzir riscos à saúde humana e ao meio ambiente pela exposição ao mercúrio.

Outros tópicos da reunião incluíram ações em relação ao chumbo e ao cádmio, à prevenção do tráfico ilegal internacional de substâncias químicas perigosas, e à abordagem estratégica para o gerenciamento internacional de substâncias químicas (SAICM).

Regulamentações Globais Obrigatórias para o Mercúrio

O Conselho Diretivo do PNUMA deu um apoio de alto nível para as discussões, reconhecendo a necessidade de que regulamentações globais obrigatórias são necessárias para proteger a saúde pública e o meio ambiente do perigo causado pela exposição ao mercúrio. A coalizão de ONGs *Zero Mercury* desempenhou um papel crucial e construtivo durante todo o processo de discussão, que durou praticamente toda a semana. As redes IPEN (International POPs Elimination Network) e Health Care Without Harm também cooperaram bastante com esta coalizão, tendo enviado um representante.

O maior apoio governamental veio da Suíça, Noruega, União Européia e Países do Grupo Regional da África. Outros países que expressaram apoio foram o Japão, Brasil e Rússia.

Os EUA e a Índia, no entanto, mostraram forte oposição às regulamentações globais.

Finalmente um compromisso foi alcançado de estabelecer um grupo de trabalho internacional para explorar as opções para uma ação internacional de longo prazo para reduzir os riscos à saúde humana e ao meio ambiente pelo mercúrio. O grupo de

trabalho foi instruído a explorar também opções para um instrumento global obrigatório, assim como opções relativas à tomada de medidas voluntárias. O relatório do grupo de trabalho será apresentado na reunião de 2009 do Conselho Diretivo (CD), quando então haverá uma tomada de decisão.

O CD reconheceu que será exigida uma gama de atividades para proteger a saúde pública e o meio ambiente da exposição do mercúrio.

Isso inclui:

- Substituição de produtos e tecnologias;
- Assistência e capacitação técnica;
- Desenvolvimento de políticas e regulamentações nacionais;
- Coleta de dados, pesquisa e fornecimento de informação.

Os governos presentes à reunião também se comprometeram a aumentar os esforços para controlar o mercúrio com as seguintes prioridades:

- Reduzir as emissões atmosféricas de mercúrio de fontes antropogênicas;
- Encontrar soluções, “ambientalmente corretas”, para o gerenciamento de resíduos contendo mercúrio e compostos de mercúrio;
- Reduzir a demanda global de mercúrio relacionada ao uso de mercúrio em produtos e processos de produtos;
- Reduzir o fornecimento global de mercúrio, inclusive considerando a restrição da mineração primária e levando em conta uma hierarquia de fontes;
- Encontrar soluções ambientalmente corretas para o armazenamento de mercúrio que tiver sido retirado de circulação;
- Trabalhar sobre a remediação de áreas contaminadas existentes que afetem a saúde pública e o meio ambiente;
- Aumentar o conhecimento sobre:
 - Emissões de mercúrio
 - Exposição humana e ambiental ao mercúrio
 - Dados de monitoramento ambiental; e
 - Impactos sócio-econômicos do uso do mercúrio, emissões e controles.

O DC solicitou que os governos colem informações sobre os meios de reduzir os riscos relacionados com o fornecimento de mercúrio e que forneçam essas informações ao Diretor Executivo do PNUMA. Para tanto, os governos precisam considerar:

- reduzir o uso de mercúrio primário na mineração, em favor de fontes ambientalmente preferíveis tais como o mercúrio reciclado;
- opções para armazenamento de longo prazo do mercúrio;
- as atividades regionais necessárias para melhorar os dados sobre importação e exportação de mercúrio e o controle aduaneiro e;
- os efeitos sócio-econômicos e de mercado de possíveis atividades relacionadas ao mercúrio.

Também o DC requereu que o Diretor Executivo do PNUMA prepare um novo relatório sobre as emissões atmosféricas de mercúrio e áreas contaminadas por mercúrio que inclua:

- Dados e análises sobre emissões de mercúrio;
- Resultados de modelagem em uma escala global incluindo informações sobre como as contribuições regionais podem atuar sobre os impactos globais adversos;
- Um panorama das melhores práticas para reduzir as emissões de mercúrio nos vários setores, incluindo informações sobre custos quando disponíveis, e uma avaliação de cenários de redução de emissão;
- Uma análise da extensão global de áreas contaminadas por mercúrio incluindo os riscos para o meio ambiente e o público;
- Informações sobre emissões de mercúrio de áreas contaminadas e a contribuição que elas dão às emissões totais globais de mercúrio;
- Uma avaliação das opções de mitigação ambientalmente corretas para as áreas contaminadas por mercúrio e custos associados.

O DC também solicitou ao Diretor Executivo do PNUMA que assegure que o trabalho continue visando aumentar o entendimento global das fontes internacionais de emissão de mercúrio, destino e transporte, inclusive o desenvolvimento adicional de inventários de usos e emissões de mercúrio.

Chumbo e Cádmi

Os governos não estavam em geral prontos para concordar que há uma necessidade de regulamentações globais obrigatórias para o chumbo e o cádmio. Muitos países indicaram que acreditam que o problema desses dois metais pesados pode ser tratado efetivamente em nível nacional e regional, e, portanto, isso não requer uma ação global. Outros indicaram que seria preciso acumular mais informação antes de tomar uma decisão nesse sentido.

A Suíça, a Noruega e a União Européia tentaram sem sucesso alcançar um acordo global que incluísse a possibilidade de adicionar, mais tarde, medidas para o chumbo e o cádmio e outras substâncias químicas de preocupação global.

O DC encorajou que os governos façam esforços para reduzir o risco à saúde humana e ao meio ambiente causados pela exposição ao chumbo e ao cádmio. Também requereu que o Diretor Executivo forneça as informações disponíveis e busque suprir as falhas identificadas nos relatórios intermediários, e que prepare um inventário das medidas existentes para gerenciamento de riscos.

Tráfico Internacional Ilegal

A Nigéria apresentou uma proposta de resolução ao DC sobre a *prevenção de tráfico internacional ilegal de substâncias químicas perigosas*. A resolução lembrou o grave incidente de comércio ilegal de resíduos perigosos envolvendo a Costa do Marfim em agosto de 2006, e reconheceu que a cooperação internacional entre todos os países é essencial para combater o tráfico internacional ilegal de substâncias químicas perigosas.

O DC convidou os órgãos governamentais do Programa Inter-Governamental de Gerenciamento Químico (IOMC) a considerar as decisões adotadas sobre a prevenção do tráfico internacional ilegal de substâncias químicas perigosas. (Obs.: A Organização Mundial da Saúde, a Organização Internacional do Trabalho, A Organização Desenvolvimento Industrial das Nações Unidas, a Organização Mundial de Alimentos e Agricultura e outros são membros do IOMC).

SAICM

O DC expressou sua apreciação pela co-responsabilidade da Organização Mundial da Saúde na Secretaria do SAICM. Solicitou que todos os participantes integrem a Abordagem Estratégica em suas atividades como uma prioridade. Solicitou que os governos e outros contribuam com o Programa e o Fundo do SAICM, e que a Secretaria do SAICM explore outras oportunidades financeiras.

Outras Observações

Antes da reunião do DC do PNUMA, aconteceu uma reunião do Fórum Global da Sociedade Civil. Um documento foi tirado da reunião, com base num texto escrito com contribuições de ONGs de todo o mundo. Infelizmente as ONGs brasileiras que atuam na área de saúde ambiental no Brasil não foram consultadas previamente sobre as posições que o Conselho Diretivo do Fórum deveria apresentar aos governos presentes nesse documento. Então nos reunimos com algumas ONGs da Coalizão Mercúrio Zero e participamos de uma pequena reunião de 5 minutos para inserir nossas reivindicações relativas aos riscos do mercúrio. Como representante da ACPO, que é membro da Aliança Global contra Incineração, entre outras redes internacionais que lutam contra a contaminação química em defesa da saúde pública e meio ambiente, também pude inserir no documento nossa preocupação com os riscos da incineração e co-incineração, assim como com relação ao comércio (legal e ilegal) de resíduos perigosos. Também fez parte do documento o protesto do Brasil contra a importação de pneus usados.

Zuleica Nycz
Representante Internacional
zuleica@acpo.org.br